

**CENTRO UNIVERSITÁRIO REGIONAL UNIVERSITÁRIO DE
ESPÍRITO SANTO DO PINHAL - UNIPINHAL
CURSO DE HISTÓRIA**

**ANARQUISMO, IMIGRAÇÕES E SINDICALISMO NA PRIMEIRA
REPÚBLICA**

Aluno: Saulo Estevam Valim Benedetti

Orientador: Prof. Me. Vinícius Muhlethaler Beire

Coordenador: Prof. Me. Fábio Cornagliotti de Moraes

Espírito Santo do Pinhal
Dezembro / 2023

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de compreender a influência do Anarquismo no Movimento Operário em formação da Primeira República Brasileira, bem como os eventos e lutas de anarquistas que se antecedem. Foi possível analisar a heterogeneidade da classe trabalhadora brasileira e as dificuldades frente à ausência de direitos, a perseguição e repressão por parte do Estado e o trabalho dentro e fora dos sindicatos. A luta sindical, embora não expressasse todas as esferas dos ideais anarquistas, foi um dos instrumentos dos anarquistas para a conquista dos direitos trabalhistas, assim como a produção gráfica com a propaganda que desafiava o Estado, a Igreja e as oligarquias da época. O recorte temporal e o foco nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo permitem uma análise da dificuldade de avançar para uma revolução social, como buscavam os operários mais libertários, e de como a resposta do Estado de forma brutal conseguiu frustrar seus objetivos, embora seja possível constatar suas contribuições no sindicalismo e na causa operária.

Palavras-chave: anarcossindicalismo; movimento operário; direitos trabalhistas; repressão; anarquismo

Abstract

This work aims to understand the influence of Anarchism on the Workers' Movement in the formation of the First Brazilian Republic, as well as the events and struggles of anarchists that preceded it. It was possible to analyze the heterogeneity of the Brazilian working class, the difficulties facing the absence of rights, the persecution and repression by the State. The Union struggle, although it did not express all the spheres of anarchist ideals, was one of the anarchists' instruments for conquering labor rights, as well as graphic production with propaganda that challenged the State, the Church and the oligarchies of the time. The time frame and focus on the cities of Rio de Janeiro and São Paulo allowing an analysis of the struggle to move towards a social revolution, as sought by the most libertarian workers, and how the State's brutal response frustrated their objectives, although it is possible to see its contributions to Unionism and the workers' cause.

Keywords: anarcho-sindicalism; labor rights; workers movement; repression; anarchism

Introdução

Este trabalho tem como objetivo oferecer uma análise sobre como os ideais anarquistas foram introduzidos na classe trabalhadora do Brasil na Primeira República. De início fez-se necessário uma reflexão sobre suas origens, assim como pensadores, intelectuais e militantes que participaram ativamente da construção e dispersão desse modelo político. A análise dos primeiros anos da República do Brasil revela o contexto social e econômico no qual o Anarquismo se desenvolveu como movimento político no Brasil.

A heterogeneidade da classe trabalhadora será mostrada, bem como a situação em que os imigrantes se encontravam. A transição para o regime republicano trouxe consigo mudanças significativas na composição étnica e social da capital, no tópico sobre imigrações. O estudo do aumento do número de trabalhadores imigrantes europeus contribuiu para a formação de uma população diversificada e cosmopolita no Rio de Janeiro. No entanto, esse influxo populacional também resultou na formação de uma massa de subempregados e desempregados, que, por sua vez, criou um exército industrial de reserva.

A pesquisa sobre os eventos como Congressos e Greves que aconteceram no Brasil de 1906 a 1917 em diante também reforçará o ponto a ser defendido, assim como o poder de repressão do Estado, a promulgação de leis perseguindo os anarquistas operários e os trabalhos gráficos. O presente artigo relata sobre como os ideais anarquistas encontraram solo fértil para se difundir entre os trabalhadores e os setores marginalizados da sociedade. A falta de oportunidades, aliada à exploração e às condições precárias de trabalho, despertaram um sentimento de insatisfação e revolta, alimentando o desejo de mudança radical.

Por fim, o destaque ao trabalho gráfico e principais nomes de imigrantes anarquistas no Brasil fará com que a compreensão da dispersão desses ideais aconteça, propiciando a reflexão sobre o clericalismo, propriedade, Estado e capital para uma melhor compreensão sobre o papel dos anarquistas nos sindicatos e nas conquistas trabalhistas no Brasil e no mundo até os dias atuais.

Definindo o Anarquismo

Para Carone, o Anarquismo é definido como [...] “doutrina segundo a qual todas as formas de governo assentam sobre a violência e são desnecessárias e nocivas; método de ação e organização baseado sobre a autonomia e a livre iniciativa dos indivíduos e dos grupos, excluindo a delegação de poder (eleição ou nomeação de qualquer autoridade ou de qualquer autor de leis obrigatórias).” (1984, p. 351). O anarquista vê no Estado a origem de todas as mazelas da sociedade, sendo o maior inimigo, junto do Capital e da Igreja, que legitimam o poder de uns sobre outros e impossibilitam a justiça social.

“Psicologicamente, o anarquista é um emotivo, no sentido que lhe é dado pela caracterologia. Significa que os acontecimentos que podem parecer desprovidos de importância ou sem interesse para a maioria das pessoas, provocam nele uma comoção subjectiva profunda. Não há dúvida de que ele, mais do que os outros, sente o peso do mundo; daí na maioria dos pensadores libertários – muito especialmente Proudhon -, uma sensibilidade extrema a tudo que tem a ver com justiça. Vibra e indigna-se facilmente.” (PREPOSIÉT, 2007).

A palavra *anarkos* vem do grego e quer dizer “sem governo” ou “sem poder”, o que remete a uma representação da força do coletivo, da liberdade inerente do ser humano, de um desejo de um fim das instituições que são as causadoras da hierarquização e diferenciação, da divisão social. O que o anarquismo defende é a organização baseada no livre acordo, na espontaneidade em contraposição a subordinação voluntária e a ideia de que o ser humano é mau por natureza. Qualquer forma de autoridade então acaba sendo inimiga dessa visão de mundo, pois seria um obstáculo ao objetivo em comum, de bem estar social. No dizer de Rodrigues (1969, p. 68), “o anarquista é —um homem ansioso da felicidade e do amor, de justiça e paz, e por isso, se transforma em mártir de um ideal, em servidor abnegado de uma filosofia e de uma doutrina.”

Mutualista, Coletivista, Individualista, Federalista que ora se funde com o comunismo ora é de cunho histórico-anarquista. Embora tantos conceitos, o interessante é notar que o Anarquismo rompe com o ideal liberal e busca combater a injustiça ou desigualdade econômica e visa um modelo de sociedade não baseado no acúmulo capital. É incompatível com a existência de uma burguesia e a manutenção de seus privilégios. Para o italiano Errico Malatesta, a Anarquia se sobrepõe à vontade individual e prevalece a vontade coletiva, de forma harmônica

(MALATESTA, 2011, p.106). Ou seja, é um embate em relação aos privilégios, à ideia de herança e do poder um sobre outro.

Mas a definição de um conceito sofre alterações e deturpações, assim como construções e narrativas para o combater, já que é entendido como uma afronta a todos esses interesses, e no contexto da Revolução Francesa é que o termo Anarquista começa a ser usado adquirindo um tom pejorativo, associado a uma patologia, por ser considerado um desejo patológico destrutivo (1921, p.269 apud CORREA, p. 42, 2012). Por mais que vezes associado ao niilismo, o anarquismo propõe medidas criativas, ou seja, não somente prega a destruição de valores preestabelecidos mas se abre a criar um novo modelo de relação sem autoridades, e a associação com o terrorismo não definiria nem reduziria o conceito de forma correta, pois todo reducionismo tem sua limitação e incoerência.

“O anarquismo é capaz de aceitar a destruição, mas apenas como parte do mesmo eterno processo que produz a morte e renova a vida no mundo da natureza, apenas porque acredita na capacidade do homem livre para construir outra vez e melhor sobre os escombros do passado destruído” (WOODCOCK,20014, p.13)

Não somente inimigo da tríade Estado, Capital e Igreja, a Anarquia enfrenta o Liberalismo, todo tipo de dogma ou fé inquestionável e qualquer presença de Estado autoritário principalmente. Por mais que pareça uma contradição, ser inimigo do Liberalismo não quer dizer ser inimigo da liberdade e da expressão livre das vontades individuais. Assim como defender a ausência de governo ou poder, não significa defender a ausência de ordem e de organização, já que os anarquistas se mostraram extremamente organizados e com ideais harmônicos de sociedade e convívio mútuo.

Anarquistas, Internacionais e o Sindicalismo

Proudhon é considerado pelos teóricos libertários como o verdadeiro fundador da doutrina anarquista, foi o primeiro a se declarar como tal, sendo a anarquia sinônimo de ordem para ele. Ele questionava a origem da propriedade e era refutado por Marx e Engels, mas suas concepções são de grande importância para os dois primeiros congressos da I Internacional, principalmente por esse momento de caráter mutualista (em Genebra, setembro de 1866 e Lausana em Setembro de 1867). O terceiro congresso em 1868 em Bruxelas é que marcava a transição do

mutualismo para o coletivismo e no quarto, em 1869 na Basileia, que uma maioria coletivista antiautoritária se opõe aos proudhonianos e marxistas.

Mikhail Bakunin em oposição aos marxistas na Associação Internacional dos Trabalhadores em 1868, debatia sobre a abolição do Estado, supressão do direito de herança, igualdade e ateísmo. E essa tendência que se desenvolveria na Itália e Espanha, entre operários relojoeiros. Em 1872, foi estabelecido no Congresso de Saint-Imier que todo poder político seja destruído e que qualquer organização de poder político provisório ou revolucionário não passa de uma mentira. Na Federação Jurassiana por volta de 1879 foi determinado o esforço de organização revolucionária do poder das massas, pelo próprio povo.

A Internacional Antiautoritária dissolve-se em 1877 e a Federação Jurassiana realizaria seu próprio congresso em 1880. Nesse contexto, Kropotkin, geógrafo e pesquisador, iria propor com outros anarquistas o abandono do coletivismo pelo comunismo anarquista. Entre 1880 e 1914 os Anarquistas acabaram por se distanciarem das massas operárias que vinham crescendo e o emprego das ações diretas o afastavam ainda mais. É nessa situação que eles se viam na necessidade de implantar os sindicatos, para combater a ideologia social-democrata.

A perseguição aos anarquistas, principalmente no momento após a destruição da Comuna de Paris, foi violenta, várias lideranças foram presas e o campo de atividades dos libertários foi minguando, jornais sendo proibidos e suas ações foram reduzidas a pequenos crimes como roubos e assassinatos. Os anarquistas da propaganda pelo fato que se destacaram naquele momento, não tendo um programa bem definido. Os comunistas libertários ou anarco-comunistas (da linha de Kropotkin) teriam feito críticas a esses individualistas, pois para eles tais atos violentos desmoralizavam o anarquismo.

Para Kropotkin (1987), o pensamento libertário deveria adotar métodos científicos baseados nas ciências naturais, porém suas observações o faz chegar à conclusão que o desenvolvimento progressivo das sociedades humanas se deve aos princípios que envolvem a ajuda mútua, e que “na ampla difusão desses princípios estava a melhor garantia de uma evolução mais elevada do gênero humano” (KROPOTKIN, apud LUIZETO, 1987, p.36), apoiando e sustentando a ideia de que a revolução libertária se faria pela conscientização política, pela

propaganda e depois a reorganização “natural” da sociedade pela solidariedade e ajuda mútua.

Errico Malatesta, (italiano que adere ao anarquismo em 1871 e se aproximava de Bakunin, passou grande parte de sua vida em vários países europeus e até na Argentina, organizando e participando de insurreições) discordava em relação a esse ponto, afirmando que uma revolução social acontecerá não como fruto de uma atividade natural, mas como produto da ação e vontade dos homens. Rago (2001) irá apontar que as concepções anti-organizativas, que resultaram na desorganização do movimento, vinham das ideias deterministas de Kropotkin. Malatesta afirmava que

“Ainda que reconhecendo a necessidade de organização na sociedade futura... (alguns anarquistas) são hostis a qualquer organização que não tenha objetivo direto a anarquia e não siga os métodos anarquistas. E alguns se afastaram de todas as associações operárias que propunham a resistência e a melhoria das condições na ordem atual das coisas, ou se associaram com o objetivo de desorganizá-las. Para esses camaradas, todas as forças organizadas em um objetivo que não fosse radicalmente revolucionário, seriam talvez subtraídos a revolução. Acreditamos, ao contrário e a experiência já nos mostrou isso muito bem, que seu método condenaria o movimento anarquista a uma perpétua esterilidade.” (MALATESTA, 1989, p.54)

O sindicato era visto por ele como o melhor lugar, então, para mudanças significativas, onde há cooperativismo e um interesse de classe em comum, adquirindo consciência das relações de capital e trabalho. As greves e atos insurreccionais iriam abarcar outros setores inclusive, como os camponeses e soldados, o objetivo era a substituição do Estado pelos conselhos operários, de associações voluntárias que administrariam os meios de produção ao serem socializados. No entanto, Malatesta pedia que

“... Os sindicatos não adotem um programa anarquista e que sejam compostos só por anarquistas, neste caso, eles seriam inúteis, porque seriam a repetição dos agrupamentos anarquistas, e não teriam mais a qualidade que os tornam tão caros aos anarquistas, ou seja, a de ser um campo de propaganda hoje, e um meio, amanhã, de levar a massa a rua e fazê-la assumir o controle da posse das riquezas e da organização da produção para a coletividade.” (MALATESTA, 1989, p. 112)

Como aponta Woodcock (2002), principalmente na França de 1884, como o movimento sindical passaria a ter a permissão do governo para atuar novamente dentro da lei, o sindicalismo começaria a se regenerar e, com anarquistas adeptos, a propaganda reivindicatória voltaria. No entanto, o sindicalismo era visto por Malatesta como uma faca de dois gumes, porque os interesses de um ramo ou outro

do operariado poderiam divergir. Uma tendência reformista começava a surgir nesse momento e, para ele, as organizações realmente libertárias devem agir dentro e fora dos sindicatos, para que essas divergências não levem a uma fragmentação da luta e perca o caráter revolucionário da causa. Neno Vasco (1984, p. 95) se aproximava de Malatesta ao afirmar que “esses sindicalistas confiam inteiramente nas virtudes intrínsecas do sindicato: este, para eles conduz automaticamente, fatalmente, à revolução social e a uma sociedade de produtores livres e iguais”. Eles pensavam que o sindicalismo por si só não iria longe, já que as greves gerais se não fossem seguidas de um ato insurrecional, só destruiriam, com o tempo, o processo dinâmico da revolução.

As imigrações para o Brasil

A Primeira República foi marcada pela transição da mão de obra escrava pelo trabalho assalariado, em sua maioria por imigrantes europeus, que enfrentaram junto aos brasileiros condições de trabalho que ainda eram análogas à recente escravidão, e que fundamentaram a formação de organizações com aspirações anarcossindicalistas para promover ações diretas efetivas em relação à exploração do trabalho. Essa influência dos imigrantes foi crucial para a compreensão de uma luta de aspirações anarquistas, pois os setores dominantes da época, da oligarquia liberal que dominava também o campo político, representavam os verdadeiros causadores da desigualdade social acentuada.

Para entendermos a importância do trabalhador imigrante europeu na economia nacional do referido período, no ano de 1900, em São Paulo, 90 por cento do proletariado local era composto de trabalhadores estrangeiros. No Rio de Janeiro capital da República os portugueses eram 72% dos imigrantes. Os italianos eram 9% e os espanhóis 8%. Muitos deles trouxeram seus sonhos de uma vida melhor e também as ideias anarquistas propagadas principalmente por Piotr Kropotkin (1842-1921) e Errico Malatesta (1853-1932). (SANTOS, 2019)

Ainda que em sua maioria em São Paulo e no Sul, os brancos europeus faziam parte de uma massa operária que contava também com negros e pardos de todo o território nacional, e com a mão de obra feminina principalmente na indústria têxtil e de vestuário.

“A origem rural da maioria dos imigrantes, sem experiência sindical ou política anterior, a perspectiva de ascensão social e as diferenças culturais, tanto entre os diferentes grupos de imigrantes como destes com relação ao operariado nativo, que

frequentemente resultam em conflitos étnicos, são alguns fatores que dificultam a organização operária". (Hall; Pinheiro, 1990)

Embora com suas divergências iniciais, essa enorme massa trabalhadora convivia com riscos à sua integridade, sem mínimas condições de higiene por 16 horas, tendo o patrão como único legislador do trabalho. Um século após a Revolução Industrial na Inglaterra as indústrias começam a ser criadas por incentivo das elites cafeicultoras e, como uma extensão do trabalho escravo, os operários eram forçados a escolher entre as precárias condições em que se encontravam ou caírem na marginalidade.

As elites tinham interesse em trabalhadores imigrantes principalmente da Itália, Espanha e Portugal devido a afinidades em relação à língua e pela questão da religião, fator decisivo da época. Teorias eugenistas também teriam sido usadas com o intuito de "embranquecer" a população, junto a uma campanha romantizada impulsionada pelo governo da possibilidade de enriquecimento financeiro e melhora de condições de vida.

Por volta de vinte mil imigrantes do sul da Itália chegaram no início do século XX, exercendo diversas funções como vendedores ambulantes e outros subempregos, profissões mais humildes ou atividades marginalizadas. Os espanhóis, maioria vindo de regiões da Galícia, chegaram a mais de 20.000 em 1906, eram discriminados pelos portugueses e aceitavam as atividades ainda mais degradantes. Ingleses, alemães, franceses, uruguaios e turcos também faziam parte dessa massa estrangeira. Os franceses contribuíram para a indústria da moda e vestuário e algumas mulheres francesas e polacas viviam da prostituição. "No Censo de 1920, viviam 3.538 franceses no Rio de Janeiro. Desse grupo, as mulheres eram a maioria, representando 64,7%." (SANTOS, 2019).

Com o brasileiro sendo inferiorizado pela concepção eugenista da época, a classe oligárquica priorizava os imigrantes nos postos de trabalho, e com as barreiras da comunicação e a atividade libertária ter sido focada na língua materna deles, houve uma dificuldade em relação a organização e o desenvolvimento de uma consciência de classe entre a massa disforme trabalhadora. A divisão era clara:

"—Em 1908, os portugueses Jose Fernandes Ribeiro e Manoel Dias foram eleitos Presidente e Tesoureiro da organização, respectivamente. Para a diretoria foram eleitos cinco operários de origem estrangeira. A eleição dos estrangeiros acirrou os

ânicos. Para acalmá-los, foram adiadas as reuniões ordinárias. Porém, o clima permaneceu explosivo e houve sangrenta batalha quando sindicato novamente reuniu-se no dia 13 de maio. Os brasileiros, muitos deles negros, lançaram-se contra os portugueses. Quatro ficaram feridos, um deles mortalmente. O relatório policial, numa visível provocação para exacerbar as tensões, atribuiu o incidente às divisões étnicas e culpou os estrangeiros pelos distúrbios. Essa disputa acarretou o declínio vertiginoso da sociedade, já enfraquecida pelos problemas financeiros e pela pressão dos empregadores. Seus associados caíram de 4.000 para 200 num só ano. Três anos depois, quando contava apenas com 50 membros, a Sociedade revitalizava sob nova liderança. Entretanto, a divisão étnica raramente ocasionaria confrontos tão dramáticos.” (MARAM, 1979, p. 31)

O regionalismo entre os imigrantes também era presente, pois como a chegada dos portugueses foi posterior aos italianos, quando os primeiros chegaram, os italianos já estavam galgando cargos mais altos e havia uma predominância na atuação sindical, inclusive a predominância do italiano nas reuniões e propagandas. Porém muitos desses imigrantes não viam como promissor o destino na luta anarcossindicalista pois temiam serem presos, dificilmente cortariam laços com seus países de origem, mas várias inseguranças como o próprio medo de perder o emprego e deportação os limitavam na ação de qualquer doutrina social que fosse. O desafio de uma união coesa da classe operária era enorme, pois qualquer trabalhador que fosse considerado um agitador seria perseguido, e ficava com seu nome marcado na lista negra do mercado, não podendo ser contratado em outras companhias.

Os Congressos Operários de 1906 e 1913

Em 1906, com o crescimento da massa operária, a federação operária do Rio de Janeiro convoca dezenas de sindicatos de outros para uma reunião.

—Esse evento fica conhecido como o Primeiro Congresso Operário Brasileiro e representa o início de uma nova fase, de predomínio do sindicalismo revolucionário nos agrupamentos mais avançados do mundo do trabalho, que rompem por um lado com os setores reformistas e, por outro, com a pura fraseologia do tipo anarquista. (DEL ROIO, 1986 p.105).

A imprensa burguesa e conservadora obviamente atacou o evento, organizado e liderado por anarquistas, mas surpreendentemente, para eles, houve um clima pacificador. Nas resoluções do Congresso estavam a decisão do não envolvimento dos sindicatos no processo eleitoral e em questões religiosas, a decisão de não poder exercer trabalho remunerado a serviço do sindicato e a

formação da Confederação Operária Brasileira (COB). Algumas greves foram desencadeadas, mas de início nada muito impactante. A Federação de Operários do Rio de Janeiro em seu jornal *A noite* divulga que a COB conta com 57.400 membros no Estado de São Paulo, dos quais 22.500 em Santos, 15.000 no Rio Grande do Sul e 5.000 no Rio de Janeiro (Costa, 2016).

O Segundo Congresso aconteceu em 1913, também no Rio de Janeiro, e conta com a presença dos revolucionários na liderança, porém com a crise econômica daquele momento e seu agravamento nos anos posteriores, não puderam colher muitos frutos, já que o próprio setor industrial estava enfraquecido.

A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro

O cenário de insatisfação popular foi fértil para os ideais anarquistas, e uma série de eventos como os congressos e manifestações culminaram nas greves de 1917.

—Se dermos validade aos dados divulgados pela imprensa em 1917, 1918 e 1919 obteremos um total grosseiro de 100.000 a 125.000 membros dos sindicatos cariocas de linha sindicalista revolucionária na metade de 1919, época de seu apogeu. (MARAM, 1979, p.93)

Não houve uso de armas pesadas nem de uma vontade dos trabalhadores de derrubar a ordem estabelecida, pois os anarquistas estavam cientes de que os brasileiros não estavam ainda a ponto de fazer uma revolução propriamente dita. Porém a vitória da Rússia Soviética alimentou esperanças no movimento operário e entre os anarquistas principalmente, que planejaram uma conspiração em 1918 envolvidos pela atmosférica revolucionária que pairava. A indústria têxtil e a greve geral do setor se juntaram aos anarquistas, que viam na conveniência do momento uma forma de alcançar um objetivo maior.

—O campo de São Cristóvão foi o palco central dos acontecimentos de 18 de novembro no Rio de Janeiro. Entre 15 e 16 horas, os trabalhadores têxteis paralisavam simultaneamente o trabalho, declarando-se em greve, em praticamente todas as fábricas de tecidos da cidade, e mesmo em cidades vizinhas, como Niterói, Petrópolis e Magé. Trabalhadores metalúrgicos e da construção civil também aderem à greve. Logo depois, grupos operários grevistas começam a convergir para o Campo de São Cristóvão, tomado às 17 horas por centenas de trabalhadores. (ADDOR, 1986, p. 162)

A revolta acabou em fiasco pelo fato do estrategista da revolução, Aurelino Leal, ser um espião da polícia. Diversos líderes foram presos e a os participantes foram dispersados.

—Na verdade, seu objetivo mais amplo era concretizar a utopia libertária, tornar realidade a desejada revolução social. Com base numa greve geral, pretendiam pela força das armas derrubar o governo constituído e, a exemplo da Rússia Soviética, formar uma junta de operários e soldados, abrindo caminho dessa forma à construção de uma sociedade sem classes e sem exploração, sem Estado e sem dominação. (ADDOR, 1986, p. 165)

O anarquista Oiticica, um dos idealizadores e organizadores da revolta acaba sendo deportado para Alagoas e o governo usaria o pretexto para invadir e fechar sindicatos. E é nesse momento que as deportações e perseguições começavam a aumentar, a mídia deixa a população em estado de alerta de uma possível conspiração que seria um perigo para a ordem pública e qualquer tipo de organização ou manifestação da classe trabalhadora foi sendo cada vez mais reprimida pela polícia.

—Talvez por essa razão, a greve insurrecional de novembro de 1918 no Rio de Janeiro – movimento que, apesar de não ter nenhuma viabilidade de êxito, constituiu a primeira tentativa planejada e empreendida por setores da classe e do movimento operário no Brasil de realizar a Revolução Social, construir uma sociedade livre e igualitária, concretizando dessa forma a utopia libertária – (...) (ADDOR, 1986, p.204)

Mesmo com outras greves que sucederam a greve de 1917, em São Paulo, Rio de Janeiro e Santos, os anarquistas não tiveram êxito em liderar um ato insurrecional que representasse efetivamente um passo além para a revolução social, mesmo no período de apogeu de seus ideais.

Perseguições ao movimento operário

O Estado brasileiro das primeiras décadas da República utilizou formas de repressão como criação de leis e uso da força, controle migratório, deportações e vigilância constante em relação aos ideais revolucionários, considerados incompatíveis com a realidade social do país, para frear os avanços de ações militantes em prol de direitos ainda inexistentes. Tais praticas impulsionaram, além das greves e formação de sindicatos, as ações mais violentas como atentados como forma de resposta àquela estrutura social conservadora e repressora burguesa.

No cenário do Brasil no final do século XIX e início do século XX, diversos atentados foram associados, pela imprensa liberal, frequentemente aos anarquistas. A imagem do anarquista como terrorista foi construída através da cobertura midiática que focava nos atos violentos. No entanto, é relevante destacar que muitas vezes esses atos eram resultado de agentes provocadores da polícia e governo, como denunciavam alguns anarquistas.

A militância libertária foi combatida e generalizada pelo aparato estatal, criando um estigma ao redor do anarquismo. A imprensa desempenhou um papel crucial na criação dessa atmosfera de terror em torno dos anarquistas, gerando questionamentos sobre se um terrorista poderia ser também um anarquista legítimo. As propostas e princípios anarquistas eram fortemente influenciados pelos embates políticos do momento, demonstrando a complexidade das relações entre as ações violentas e a ideologia.

A legislação repressiva contra o terrorismo anarquista no Brasil, como a "Lei Adolfo Gordo" e decretos posteriores, agravou a associação entre anarquismo e violência. A definição de quem era um anarquista e quais eram suas ações tornou-se um tema conflituoso entre os próprios militantes e seus opositores.

A repressão policial era frequente e os escritórios de sindicatos em São Paulo e Rio de Janeiro eram invadidos, líderes eram presos ou simplesmente desapareciam, tudo sendo reportado pelos jornais da época.

—Em julho de 1917, três mil manifestantes no Rio de Janeiro marcharam da Avenida Rio Branco ao Largo de São Francisco, onde o chefe de polícia Aureliano Leal, ordenou, a ação de suas tropas. _Os cavalarianos desembainharam as espadas e carregaram sobre o povo', espancando brutalmente diversos manifestantes, incluindo mulheres que se encontravam nas lojas de roupas nas imediações. (MARAM, 1979, p.36)

Como a imprensa tradicional reportava somente os relatos dos policiais e dos empregadores, muitas manifestações tinham um tratamento minimizado, atuando de forma a retardar o movimento operário. Como a procura por emprego era enorme, os empregadores não hesitavam em demitir os trabalhadores que apresentassem o mínimo de suspeita de agitação social ou descontentamento.

Em suma, o cenário do Brasil no final do século XIX e início do século XX foi marcado por atentados, a construção da imagem do anarquista como terrorista, conflitos entre a defesa do terrorismo e os princípios anarquistas, legislação

repressiva, relações de trabalho e educação moldadas pelo anarquismo, e a promoção do ensino racionalista através de escolas modernas. Tudo isso demonstra a complexidade das relações entre ideologia, ação política e sociedade desse período histórico.

A Lei Adolfo Gordo

A justiça no Brasil estava intimamente ligada aos interesses das classes dominantes, a deportação dos operários ativistas era um instrumento de controle. O processo de deportação era feito de forma simples e rápida e, com o Decreto n. 1.641 de 7 de janeiro de 1907, chamada Lei Adolfo Gordo, a política de expulsão de estrangeiros envolvidos em greves se tornou mais frequente e facilitada. Os relatórios eram feitos pelos policiais e sem necessidade de embasamento.

— O Brasil deportou em 1913 o conhecido anarquista espanhol Manuel Campos como português. Fê-lo novamente em 1920, desta feita como espanhol, com base no mesmo tipo de prova. Essas disputas de nacionalidades envolveram o Brasil em conflitos internacionais em 1919 e 1920, especialmente com a Espanha. Em diversos casos de expulsões feitas pelo governo brasileiro, o país receptor requereu que o Brasil aceitasse de volta o deportado por não haver descoberto prova de que se tratasse de um nacional daquele país. (MARAM, 1979, p.40)

Sem provas concretas, os relatórios policiais eram suficientes para as deportações, simplesmente por acusações de trabalhadores serem agitadores em atos antissociais. Participar de uma greve já seria visto como um crime passível de deportação e não haviam mais barreiras, como a possível revogação baseada no Código Penal antes da promulgação da lei. A partir de 1912 que começam a evidenciar as causas das expulsões e deportações, sem procedimento formal. Nos anos seguintes à Revolução Russa, as deportações aumentaram ainda mais pela paranoia que o evento teria gerado. Outros decretos foram promulgados em janeiro de 1921 com o objetivo de conter e deportar explicitamente os anarquistas. A nova lei permite a exclusão de estrangeiros já deportados de seus países de origem e houve um alargamento das expulsões, caindo no âmbito dela todos que fossem considerados perigosos à ordem pública.

“Depois da promulgação da lei de deportação de 1907, seis anos se destacaram com os maiores índices de deportados – 1907, 1912, 1913, 1917, 1919 e 1920. Nestes anos foi de intensa agitação a movimentação operária no país. Fazendo um exame dos 71 indivíduos identificados como líderes estrangeiros, o Brasil abriu processo de

deportação, contra no mínimo, 47 deles. Dos 48 militantes estrangeiros envolvidos em atividades operárias no Brasil de 1917 a 1920, período mais ativo movimento, o governo abriu processos contra 39, ou seja, 81%. Esses 81% representavam a espinha dorsal do movimento em São Paulo, Rio de Janeiro e Santos.” (Anuário Estatístico do Brasil, Ano V (1939/40), 1428)

Métodos Anarquistas no Brasil

O Centro Galego no Rio de Janeiro que abriu espaço para o sindicalismo revolucionário de inspiração anarquista e para o surgimento do Primeiro Congresso Operário Brasileiro (1906), contendo ideologias combativas ao capitalismo que os imigrantes traziam. Esse cenário carioca tinha concentrado o capital proveniente da economia cafeeira e do comércio exterior ampliando a industrialização e transformando a economia nacional. O terreno era fértil para a difusão de ideias revolucionárias, por justiça social e uma sociedade mais igualitária, que confrontasse aquela estrutura que favorecia somente os interesses da classe dominante, pelas greves e luta armada e a disseminação de ideias revolucionárias por panfletos e jornais.

Dos influentes anarquistas italianos, Malatesta se destaca por trazer para a América Latina sua militância através dos jornais que escrevia em italiano e espanhol, bem como Oreste Ristori, que em 1904 criara em São Paulo o jornal “A Battaglia”.

“A jornada de trabalho, aqui, como em qualquer país, vai de 10 a 13 ou 14 horas por dia; os salários não são melhores do que os da Europa, quando se considera os preços dos gêneros e da moradia é aqui mais alto. A vida horrorosa, infernal das fazendas é desconhecida na Europa. O trabalhador dos campos aqui trabalha quatorze a quinze horas por dia e vive em imundas pocilgas de barro”. (Dulles, 1977:20).

Gigi Damiani, anarquista italiano que fundou um jornal em Curitiba, chamado “O Direito”, busca influenciar os trabalhadores curitibanos e contribui com Ristori no “A Battaglia”. Florentino de Carvalho e Everaldo Dias, imigrantes espanhóis que cresceram no Brasil, também têm militâncias de destaque por seus ideais libertários, em defesa dos interesses do proletariado. O imigrante português Neno Vasco também é um anarquista que se destacou em seus trabalhos, por ter dirigido o jornal “Amigo do Povo” (circulando em São Paulo e no Rio de Janeiro de 1905 a 1910) e fundado, ao lado de Manoel Moscoso e Edgard Leuenroth, o jornal “A Terra Livre”, publicado a revista “Aurora” e produzido peças de teatro. A Terra Livre foi o jornal

mais bem sucedido do período anterior à Primeira Guerra Mundial, mesmo com dificuldades financeiras.

—Os militantes de A terra Livre, tendo como concepção integral o socialismo anarquista, o qual tem um método próprio de ação, baseado na livre iniciativa e solidariedade, consideram como tarefa mais urgente a luta contra a ignorância, feita com propaganda oral e escrita para educar e organizar o proletariado no campo econômico e político. Além desses meios de ação direta, preconizam a greve geral, agitação de rua, comícios e, por fim, a insurreição e a expropriação burguesa. (SFERRA, 1986, p. 23)

O periódico se posicionava contra as religiões, o poder político, a classe patronal e a favor da não participação na luta política parlamentar. Seu primeiro exemplar em 1905, foi a continuidade do trabalho de Neno Vasco (que antes escrevia em O Amigo do Povo), marcando a aproximação do jornal com o movimento anarquista do Rio de Janeiro, já que seu companheiro Leuenroth teria se mudado para lá no mesmo ano, e se tornando o maior porta voz dos trabalhadores de língua portuguesa. Os redatores relatavam que a folha não era uma empresa comercial, mas que dependia da doação dos trabalhadores para sobreviver.

Porém, devido às situações financeiras citadas, a falta de sua circulação no Rio de Janeiro propiciou o surgimento do periódico A Liberdade, que também defendia os ideais anarquistas na luta operária.

Com as perseguições e lei de deportações, muitos editores desistem, mas Leuenroth continua seu trabalho, inaugurando o jornal anticlerical A Lanterna, em 1909. O La Battaglia, de Ristori e Damiani, tem por base a luta contra a propriedade privada, propondo a socialização de todos os meios de vida, contra o regime capitalista, argumentando sobre o direito de propriedade ser usurpação, sendo instrumento de exploração das massas.

—Conforme os militantes do La Battaglia, a desigualdade econômica e social entre os homens origina-se da apropriação indébita e da concentração da propriedade privada nas mãos de uma minoria privilegiada. A base do conflito material é o direito de propriedade que coloca a terra, oficinas, meios de produção, produtos naturais e do trabalho humano nas mãos de poucos. (SFERRA, 1986, p.24)

O jornal A Plebe, criado por Leuenroth e tendo Astrogildo Pereira e José Oiticica como colaboradores, foi considerado a continuação do A Lanterna e teve destaque por ser o jornal anarquista com mais longevidade do século XX. O periódico denunciou a luta dos revolucionários da Colônia da Clevelândia, em que 5

anarquistas teriam sido assassinados, assim como a opressão e miséria no Brasil, haviam recomendações de livros e explicações sobre comunismo, bolchevismo e anarquismo para seus leitores e poesias libertárias.

Leuenroth participou ativamente da greve de 1917 em São Paulo, inclusive através do jornal, e acaba sendo preso, acusado de participar de um saque ao Moinho Santista. Com isso, Florentino de Carvalho manteve as publicações, mas com o uso de pseudônimos. Em 1921, Leuenroth reabria o jornal, mantendo a circulação até 1924, volta em 1927, mas interrompe suas atividades com a Lei Celerada e a repressão de jornais operários. Na década de 30, o jornal publicava textos de conteúdo antifascista e acusa Getúlio Vargas e a Igreja Católica de nazi-fascistas. Com a aproximação da Igreja com os Integralistas, muitos anarquistas teriam aderido à ANL (Aliança Nacional Libertadora), o que fez com que a opressão governista fechasse A Plebe em 1935. O jornal volta uma década depois, em 1947 e continua até 1951, quando pára de circular definitivamente.

O Anticlericalismo

O movimento anarquista na época estava enraizado em uma postura anticlerical, influenciada pelas mudanças ocorridas na relação entre a Igreja e a sociedade após a Revolução Francesa. Os anarquistas viam a Igreja como um símbolo de estagnação e ignorância, combatendo sua influência na educação e na vida cotidiana. A ênfase na emancipação feminina também estava vinculada a essa militância anticlerical, já que a igreja mantinha o poder sobre as mulheres de maneira conformista. A imprensa, especialmente os periódicos operários, desempenhou um papel vital na disseminação das ideias anarquistas e na promoção do ensino racionalista. O movimento buscava uma educação que ampliasse o conhecimento integral do ser humano, promovendo uma relação harmoniosa com a natureza. As escolas modernas foram um exemplo disso, promovendo uma abordagem educacional mais ampla e prática.

Mikhail Bakunin (1814-1876) afirmava que a existência de um Deus onipotente tornava a humanidade eternamente escrava, e Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) complementaria: “Se Deus existe, ele é inimigo do homem”. O racionalismo era o que impulsionava seus pensamentos, vendo o homem o único

capaz de se libertar e ser o agente social de verdadeira transformação do seu meio. A crença no paraíso pós-morte só iria estagnar a luta contra a opressão e congelar os trabalhadores em relação a ação, tornando-os submissos e aceitando a realidade social como é, como se fosse naturalmente imposto.

Pudemos ver a presença desse pensamento na pauta do Segundo Congresso Operário que ocorria no Rio de Janeiro, em que combatiam a influência da Igreja no meio sindical. Os militantes Astrojildo Pereira, do jornal O Trabalho, de Bagé, e José Romero, do Sindicato de Ofícios Vários de São Paulo moveram uma moção que consistia em:

“Décimo terceiro tema: Atitude dos sindicalistas revolucionários em face da organização operária iniciada e auxiliada pelo clero católico: Considerado que o clero católico tem sustentado ultimamente uma ativa propaganda de organização operária sob os seus auspícios; Considerando que a intromissão de qualquer seita religiosa nas agremiações operárias é uma manifestação eminentemente partidária e que, por isso mesmo, vem destruir a organização baseada no interesse econômico comum de todos os trabalhadores; E considerado principalmente que ‘sindicato católico’ constitui a maior escola de crumirismo e passividade; ‘O Segundo Congresso Operário Brasileiro’, de conformidade com a orientação estabelecida em 1906, e agora ratificada, orientação esta que mostra as viralidades que resultaram da adoção de uma doutrina religiosa no seio dos sindicatos, aconselha o proletariado do Brasil a se afastar, de modo absoluto, deste instrumento de engano e de cegueira que é o chamado ‘sindicato católico’.” (A VOZ DO TRABALHADOR. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1913, n.39, p.46.)

Era constante a denúncia de militantes que pregassem o catolicismo, já que 90% da população era católica. No III Congresso Operário de 1920, além das denúncias de repressão do Estado e perseguições, o anticlericalismo se tornou presente e para Edgar Rodrigues (1921-2009), anarquista português e historiador, a militância anticlerical consistia em:

- a) Luta contra os padres, para mostrar as contradições de suas vidas com as doutrinas que professavam, o sacerdócio como profissão, tendo o interesse material como base; b) Luta contra a influência política da Igreja, ação direta e pela propaganda extraparlamentar; c) Denúncia do poder econômico da Igreja, da Igreja como empresa, como auxiliar da exploração capitalista, como fator do crumirismo. (RODRIGUES, Edgar. Socialismo: Uma visão alfabética. Rio de Janeiro: Porta Aberta, 1942, p.32.)

Os padres e bispos eram vistos pelos anarquistas como parasitas, cuja doutrina tinha os preceitos para legitimar a submissão dos empregados em relação aos patrões, dos pobres em relação aos ricos, do explorado ao explorador, sendo ameaças ao bem estar coletivo. “O clero católico é uma vasta associação religiosa –

política – social, cujos fins se afastam da civilização contemporânea, cujos membros, pela característica de seus modos de vida, afastando-se da realidade da vida, constituem uma ameaça constante ao progresso e à ciência, à moral e aos bons costumes”. (A TERRA LIVRE. São Paulo, 01 de maio de 1910, p.1.)

Os anarquistas procuraram meios para propagar a educação racional e científica, criando centros de cultura popular, jornais, peças e até universidades para combater a influência da Igreja na vida privada e social dos operários. Assim nascia a Liga Anticlerical em 1912, que tinha as contribuições de militância anticlerical e aspectos da ação direta contra a religião. Alguns de seus capítulos consistiam em:

“capítulo I: Trata das disposições gerais da Liga (sede, duração, fins e meios). Nele se destaca o item 7 que ataca a educação como sendo de responsabilidade da Igreja e outros aspectos relacionados ao questionamento do catolicismo; capítulo IV: Aborda a administração responsável por organizar os encontros e os eventos relacionados a militância anticlerical; capítulo V: Tem como tema a propaganda e quais instrumentos serão usados pela liga na propaganda anticlerical” (Estatuto da Liga Anticlerical de 1912. São Paulo. Acervo disponível no AMORJ.).

O jornal A Lanterna, de Leuenroth, era o periódico que mais destacava essa luta e foco de ação anticlerical, marcando o período da Primeira República com a militância antirreligiosa. Ele usava a propaganda anarquista para discutir filosofia e história dos dogmas e mitos, lutando contra a base teórica da Igreja e utilizando charges e colunas como “O que se faz nos seminários e nas paróquias e Rol dos culpados” – em que denunciava casos de crimes sexuais e promovia um despertar, principalmente em relação às mulheres, que eram as principais vítimas da influência do cristianismo. Outros recursos como poesia anticlerical e o uso do sarcasmo ao zombar de passagens da bíblia, a ridicularizando, faziam parte da militância ateuista. No poema Monstro Presago, o Vaticano, a Igreja Católica e o clero aparecem como inimigos da humanidade, da liberdade humana e como monstros a serem combatidos:

“Esta ave lóbrega, a noturna harpia
Do obscurantismo; este o milhai insano,
Em cuja hediondez se compendia
O poder temporal do Vaticano!
Quando a coruja atroz da hipocrisia
Enche com o risco alvar, alvar e ufano,
A terra entregue à Inquisição sóbria,

Treme, aterrado, o Pensamento Humano.

Tudo na sua voz são maus-agouros!

Seu aloucante olhar tem o hipnotismo

Dos martírios cruéis, dos sorvedouros!

Foge, Brasil, a este dilema feroz:

Clero-coruja do analfabetismo.

Coruja-imagem do Porvir...

Com o Clero!

(D'ÁVILA, Carmen. "Monstro Presago", A LANTERNA. São Paulo, 26 de setembro de 1914, p.2.)

Considerações finais

O estudo proposto permitiu uma compreensão do papel da imigração, mas também da heterogeneidade em relação ao tema, devido a um conflito de mundos, a convivência com a diferença e o choque cultural. A influência do anarquismo na formação do sindicalismo do Brasil propõe um movimento teórico e de ação, de ideais de transformação que estavam longe de ser desorganizadas. O que se constata cada vez mais ao lidarmos com o tema, é que em relação ao comunismo, o anarquismo descartava a possibilidade de se tomar o Estado, já que ele é impregnado do ideário burguês de propriedade, estruturalmente reforçando aquele sistema semi-feudal da Primeira República. Mas convivendo com a luta coletiva que se fazia necessária para a formação dos sindicatos e mesmo de atos mais individuais na forma de arte, a pedagogia libertária foi pensada para a superação do modelo de sociedade em que vivemos. De forma crítica, o anarquista confronta toda forma de autoritarismo e individualismo.

A exploração do trabalho e sua precarização fazem parte de um projeto que, nos dias de hoje, teve êxito em conciliar as classes até certa medida e culpabilizar o trabalhador pela sua imobilidade social, explorada por um patrão muitas vezes virtual, desconhecido e amparado pela lei. Embora as conquistas da carteira assinada, das férias remuneradas, direitos trabalhistas foram recentemente perdidos e os trabalhadores terceirizados tendem a trabalhar excessivamente, com a narrativa do sucesso pela sobrecarga, do desprezo pelas lutas coletivas e movimentos sociais devido ao individualismo que o neoliberalismo reverbera.

Os que lutaram por justiça social, não somente anarquistas como socialistas, comunistas, revolucionários, são estigmatizados, associados diversas vezes a pré-conceitos generalizantes como ao terrorismo. A grande mídia e os discursos conservadores fazem tais associações e apagam ou diminuem a luta do campo e da cidade por homens e mulheres que buscam uma educação libertária, uma sociedade mais justa e igualitária, portanto estudar e entender uma utopia contribui para se pensar outros modelos de sociedade, mesmo que, como afirmava Eduardo Galeano, a cada dois passos que caminhamos em direção a ela, ela se afaste mais dois.

Referências Bibliográficas

BATALHA, Cláudio H. de M. **O movimento operário na primeira república**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

CARONE, Edgard. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1977.

HALL, Michael M; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle**. Coleção Remate de Males, n.05, p. 95-119, 1985.

KROPOTKIN, Piotr. **Palavras de um revoltado**. São Paulo: Editora Polis, 1979.

MALATESTA, Errico. **Escritos revolucionários**. São Paulo: Hedra, 2008.

MALESTA, Errico; BAKUNIN, Mikhail Aleksandrovich; KROPOTKIN, Piotr Alekseievitch et al. **Os anarquistas e as eleições**. São Paulo: Imaginário, 2000.

MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTINS, Pablo dos Santos. **O Anticlericalismo Anarquista durante a Primeira República Brasileira (1899 – 1920)**. Revista Cantareira, Rio de Janeiro, n.28, 2018

MIRANDA, Israel de Lima. **Pela educação e pelo trabalho: anarquistas e o ensino racionalista na Primeira República brasileira**. Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.7, nº14 jan-jun, 2018

MONTEIRO, Fabrício Pinto. **O terrorismo anarquista no Brasil da Primeira República: construções de sentidos de militantes e a repressão governamental**. Revista Escrita da História, 2017.

NETTLAU, Max. **Historia da Anarquia: das origens ao anarco-comunismo**. Frank Mintz (org. e intro.) Plinio Augusto Coelho (Trad.). São Paulo: Hedra, 2008.

PREPOSIÉT, Jean. **História do Anarquismo**. Edições 70, 2007

RAGO, Margareth. **Entre a história e a liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001

RODRIGUES, Edgar. **Anarquismo à moda antiga**. Rio de Janeiro: Achiamé, 3ª edição, 1985.

ROMANI, Carlo. **Anarquismo italiano, transnacionalismo e emigração ao Brasil: Contribuições ao debate teórico**. Revista Crítica Histórica, 2020.

SANTOS, Hamilton. **Imigração e Anarquismo no Movimento Operário durante a Primeira República**. Revista Estudos Literários, UFRJ, vol. 1. N.º 2. 2019

SFERRA, Giuseppina. **Anarquismo e anarcossinicalismo**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

SILVA, Érica Sarmiento da. **Imigração Espanhola e Anarquismo no Rio de Janeiro**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH, São Paulo, julho 2011

WOODCOCK, George. **História das ideias e movimentos anarquistas**. Vol. 1 – a ideia. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2002.